

Desempenho de Municípios do Paraná: Uma Análise de Gestão Baseada em Indicadores

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.12167888>

Sandra Mara Iesbik Valmorbidia

Doutora em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)
sandramara@utfpr.edu.br
<https://orcid.org/0000-0001-6607-7957>

Ana Elisa da Silva

Bacharela em Ciências Contábeis pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
anaelisas_@hotmail.com
<https://orcid.org/0009-0006-1545-4795>

Guilherme Santoro

Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), cursando dupla diplomação pelo Instituto Politécnico do Cavado e do Ave (IPCA-PT)
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
guilherme-vere@hotmail.com
<https://orcid.org/0009-0004-9663-651X>

Resumo

O desempenho da gestão é influenciado pelo tempo de mandato do prefeito? Esta pergunta motivou o presente estudo que, analisou o desempenho econômico-financeiro dos maiores municípios do Paraná, nos anos de 2019 até 2022. O período analisado compreende duas gestões, sendo 2 anos finais de uma gestão e 2 iniciais de outra. O cálculo dos índices foi realizado a partir da análise documental das demonstrações contábeis divulgadas no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). Os indicadores utilizados para avaliação foram extraídos e adaptados do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses do ano de 2021. Ademais as demonstrações foram tabuladas e utilizadas para construção de um Ranking Global dos municípios. Os resultados do ranqueamento demonstraram melhor desempenho do município de Ortigueira, seguido de Pinhais e Medianeira. Enquanto como últimos colocados, Campo Largo, seguido por Londrina, Foz do Iguaçu. O estudo evidenciou uma tendência de pouca oscilação nos indicadores contábeis utilizados para o ranqueamento, o que representa um fator preocupante aos municípios com problemas de alcançar o equilíbrio financeiro. No entanto, essa situação representa uma continuidade no tratamento das contas públicas independente da gestão, ou período do mandato.

Palavras-chave: Indicadores. Contabilidade Pública. Ranking; Análise das Demonstrações Contábeis.

Performance of municipalities in Paraná: A management analysis based on indicators

Abstract

Is management performance influenced by the mayor's term in office? This question motivated the present study, which analyzed the economic-financial performance of the largest municipalities in Paraná, from 2019 to 2022. The period analyzed comprises two administrations, with 2 final years of one administration and 2 initial years of another. The calculation of the indices was carried out based on the documentary analysis of the financial statements published in the Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). The indicators used for evaluation were extracted and adapted from the Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses for the year 2021. Furthermore the statements were tabulated and used to construct a Global Ranking of municipalities. The ranking results demonstrated better performance in the municipality of Ortigueira, followed by Pinhais and Medianeira. While the last placed, Campo Largo, followed by Londrina, Foz do Iguaçu. The study showed a trend of little fluctuation in the accounting indicators used for ranking, which represents a worrying factor for municipalities with problems achieving financial balance. However, this situation represents continuity in the treatment of public accounts regardless of the management or term of office.

Keywords: Indexes. Public Accounting. Ranking. Analysis of Financial Statements.

1 Introdução

A Contabilidade aplicada ao setor público, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, é responsável por evidenciar perante a Fazenda Pública, todos os registros do patrimônio e suas variações. Além disso, possui a incumbência de elaborar relatórios contábeis com base na legislação, oferecendo transparência das movimentações e suporte as tomadas de decisões (BRASIL, 1964).

Nas palavras de Kohama (2016, p. 25) a Contabilidade Pública: “é um dos ramos mais complexos da ciência contábil e tem por objetivo captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades de direito público interno.” Ademais, em concordância com esse conceito, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) afirmam que:

“O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social” (CFC, 2018, p. 8).

Analisando esses conceitos, pode-se observar que além de elaborar relatórios e demonstrações, a Contabilidade Pública atua como ferramenta de controle para suporte dos gestores nas decisões. Nesse sentido, analisar as demonstrações contábeis possui relevância e colabora na avaliação dos dados, propiciando decisões mais conscientes e condizentes com as necessidades específicas de cada órgão (MELO; AYRES, 2015)

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) possuem três objetivos: i) auxiliar o governo no dever de prestar contas à população; ii) auxiliar os usuários na avaliação dos resultados operacionais obtidos pela entidade governamental; e, iii) auxiliar os usuários na avaliação do nível de serviços que são fornecidos pelo governo e sua capacidade em atender suas obrigações exigidas (DINIZ; LIMA, 2016). Além disso, de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC T) 16.6, as demonstrações contábeis “são responsáveis por apresentar as informações extraídas dos registros e documentos, ou seja, uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade” (CFC, 2008).

Nesse contexto, a análise das demonstrações pode ser realizada de diversas formas. A mais recorrente é à análise através de índices, que por sua vez, estabelecem relação entre duas grandezas, facilitando a observação dos números em percentuais (DINIZ, 2012). Em consonância, Tavares (2018) explana sobre a dificuldade que alguns usuários das informações, não profissionais da área, possuem em relação a compreensão dos dados, o que ocasiona restrição da utilidade, havendo

necessidade de informações precisas, coerentes e com grau de confiança. Por esses motivos, foram criados métodos de avaliação, que filtram as informações e extraem indicadores úteis à avaliação dos resultados.

A análise das demonstrações contábeis, juntamente com o desempenho orçamentário e patrimonial dos municípios, ressalta a qualidade das informações perante a sociedade, possibilitando aos cidadãos o conhecimento da aplicação dos recursos públicos e do patrimônio dos governos (COSTA, 2018). Levando esses fatos em consideração, as demonstrações públicas buscam informar seus usuários acerca da situação do ente público, se ele está cumprindo com o seu dever de bem atender à população.

Diversos estudos são encontrados acerca da avaliação de desempenho da gestão pública (LIMA; DINIZ, 2016; SALU; LIMA, 2024). Entretanto poucos avaliam o desempenho por meio de indicadores extraídos das demonstrações contábeis. Cardoso (2019) analisou os indicadores orçamentários e financeiros de dois municípios da Região Centro-Oeste de Minas Gerais, a fim de efetuar comparação da melhor aplicação dos recursos arrecadados. Já Santos (2021) buscou evidenciar como a análise através de indicadores econômicos, financeiros e patrimoniais, é relevante na prática para instrumentalizar e qualificar o processo de planejamento, acompanhamento e tomada de decisão no município de São Paulo - SP. Enquanto Lopes (2021) verificou a utilização das Demonstrações Contábeis no processo de tomada de decisão dos contadores e gestores das Prefeituras Municipais de Tocantins. Salu e Lima (2024) evidenciaram as contas patrimoniais do município de Palmares/PE que tiveram mais impacto durante o período de pandemia da Covid 19, a partir da análise vertical e horizontal.

Os estudos analisados se dedicaram a análise das demonstrações contábeis no setor público. No entanto, nenhum compara o desempenho obtido pelos municípios em dois mandatos distintos. Assim, tem-se como problema de pesquisa: O desempenho da gestão é influenciado pelo tempo de mandato do prefeito? Sendo assim, o objetivo da pesquisa foi analisar a influência do tempo de mandato do prefeito no desempenho econômico-financeiro dos maiores municípios do Estado do Paraná. Pretende-se analisar dados dos anos de 2019 até 2022, a partir da análise de indicadores, bem como, evidenciar o desempenho da gestão municipal nos últimos anos de um mandato, comparado aos dois primeiros anos do mandato seguinte.

A pesquisa se justifica ao ampliar os estudos voltados à Contabilidade Pública, no que tange a análise da gestão e por meio de indicadores de desempenho. Tem relevância na medida em que busca por meio de comparação ampliar a compreensão dos cidadãos em geral em relação aos gastos públicos e a saúde financeira e fiscal de municípios, além disso, evidenciar a gestão dos eleitos,

discrepâncias e similaridades de cada governo. Também possibilita aos gestores em análise, o aperfeiçoamento da gestão a fim de que sejam prestados serviços públicos de qualidade à população e, manter a entidade em boas condições financeiras.

Este trabalho se difere do estudo de Cabreira e Garcia (2021), Araújo (2019), Anuário Português (2021), entre outros estudos, adquirindo relevância pela amostra, ao levar em consideração os 40 municípios paranaenses com maior PIB no ano de 2020. Além disso, destaca a diferença entre os dois mandatos, o final da gestão anterior e o início da atual. A escolha desse período é amparada pela possibilidade de o comportamento da gestão municipal possuir viés em cada extremo do mandato, influenciando suas escolhas, de gastar mais, ou de controlar os gastos para equilibrar as contas, concluir mais obras para a reeleição, entre outras situações.

O presente artigo possui como tema principal a análise de desempenho dos Municípios do Paraná baseado nas demonstrações contábeis, sobretudo no que concerne a comparação e ranqueamento dos municípios, a fim de avaliar a eficiência dos gestores no início e fim de suas gestões, bem como, apontar as principais semelhanças ou diferenças encontradas.

Após esta introdução o trabalho está estruturado apresentando o referencial teórico na seção 2, a metodologia da pesquisa na seção 3, a apresentação e discussão dos resultados na seção 4, as considerações finais na seção 5 e, por fim, as referências utilizadas neste trabalho são apresentadas.

2 Referencial Teórico

2.1 Análise das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público

Com a publicação do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), buscando aperfeiçoar as demonstrações contábeis às necessidades informacionais dos usuários internos e externos, e ainda, consoante com a Lei Federal nº 4.320/1964, foram estruturadas as demonstrações aplicadas ao setor público brasileiro. Essa, com obrigatoriedade a partir do ano de 2014, com o objetivo de padronizar a estrutura e as definições dos elementos que compõem as DCASP (BEZERRA FILHO, 2022)

Como possuem o objetivo de gerar informações úteis, confiáveis e adequadas para auxiliar o gestor na tomada de decisão, elas também devem apresentar à população em geral os resultados governamentais auferidos num determinado período. Trazendo assim, a transparência da utilização do dinheiro público. Nesse contexto, Arruda e Araújo (2020, p.196) complementam:

“Especificamente, as demonstrações contábeis no setor público devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados, fornecendo informações:

- a) sobre as fontes, as alocações e os usos de recursos financeiros;
- b) sobre como a entidade financiou suas atividades e como supriu suas necessidades de caixa;
- c) úteis na avaliação da capacidade de a entidade financiar suas atividades e cumprir com suas obrigações e seus compromissos;
- d) sobre a condição financeira da entidade e suas alterações.” (ARRUDA; ARAÚJO, 2020, p.196).

Lopes (2021) observa que, mesmo com o potencial que as demonstrações possuem, algumas informações não são explícitas, tampouco entendíveis. Devido a isso, a aplicação dos indicadores é importante nesse processo, tendo a capacidade de revelar detalhes. Cardoso (2019) concluiu que com a análise das demonstrações, o gestor consegue avaliar e mensurar a situação econômica e financeira da entidade, possibilitando determinar se as receitas arrecadadas supriram as despesas.

Costa (2018) afirma que por meio de indicadores específicos é possível verificar os descumprimentos de disposições legais por parte do gestor público, e que também são importantes instrumentos para apresentar os resultados aos próprios gestores, e principalmente, à população. Ademais, seus resultados apresentaram diversos indicadores econômicos e financeiros, juntamente com a apuração das demonstrações do município analisado, assim, conseguiu apontamentos necessários para definição da situação, bem como, os erros e acertos da gestão abordada. Já para Pereira e Teddo (2013) uma análise financeira realizada por meio de indicadores, além de auxiliar na organização das contas, são essenciais na tomada de decisão, cabe aos gestores reuni-las e aplicá-las de acordo com a legislação vigente, a fim de direcionar para o aperfeiçoamento necessário.

Tendo em vista a finalidade das demonstrações contábeis, pode-se concluir que é de suma importância a sua análise, para averiguar se a forma de aplicação que os gestores utilizam é benéfica e traz desenvolvimento aos municípios, de maneira a proporcionar continuidade de suas atividades, ou verificar a possibilidade de adequações para benefício de toda sociedade.

2.2 Estudos Anteriores

2.2.1 Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses

No que tange a análise das demonstrações públicas aplicadas ao setor público Portugal, desde 2003, tem publicado, anualmente, uma análise econômica e financeira das contas contábeis de seus 308 municípios, incluindo análise do setor empresarial local (FERNANDES, et al., 2022). A publicação chama-se Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses. O anuário é fruto do trabalho conjunto de duas instituições, o Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA) e o Centro de Investigação em Ciência Política (CICP) da Universidade do Minho (FERNANDES, et al., 2022).

O estudo abrange as demonstrações da totalidade dos municípios Portugueses (308), de 144 empresas municipais (91%) e de 23 serviços municipalizados (100%). Leva-se em consideração a aplicação do Plano Oficial de Contabilidade Pública das Autarquias Locais (POCAL) nas demonstrações. Inicialmente, a pesquisa compara o peso dos municípios portugueses com países da União Europeia, e apresenta a análise da independência financeira de cada um. Apresenta também rankings sobre a execução da despesa e da receita, e a análise da situação financeira, econômica e patrimonial dos municípios e empresas do setor empresarial local e dos serviços municipalizados, realizando comparações com anos anteriores, ranqueando-os.

Por fim, considerando a perspectiva da gestão acumulada, é exposto o Ranking Global dos municípios, a partir da utilização de nove indicadores, aliada a segregação dos municípios em três categorias, pequenos, médios e grandes municípios. Para cada indicador é atribuída uma pontuação máxima de duzentos pontos para o melhor colocado, e reduz-se um ponto a cada município seguinte na ordem decrescente. Os indicadores também possuem sua própria variável, em que nem sempre o melhor resultado significa melhor posição, pois o indicador, nesse caso, analisa uma situação considerada negativa para a gestão, como um cálculo de proporção de passivo em relação ao ativo.

Nesse sentido, os autores atribuem pontuação somente aos 200 melhores municípios, desprezando os 108 colocados abaixo desses, o que também significa uma pontuação máxima de 1800 pontos para a melhor colocação possível.

2.2.2 Ranking dos municípios do sudoeste do Paraná na perspectiva dos índices econômicos e financeiros

Observada a relevância no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2018, ele serviu como base de apoio e referência para aplicação de um estudo semelhante na região Sudoeste do Estado Paraná, no Brasil, por Cabreira e Garcia, em 2021. A pesquisa contemplou os 42 municípios da mesorregião, abordando o último mandato da gestão municipal na época, que foi de 2017 até 2020. As autoras utilizam os onze indicadores principais do anuário de 2018, que compunham a classificação final. No entanto, foram necessárias adaptações à forma de cálculo dos indicadores, para ser possível adaptar a realidade brasileira.

Dessa maneira, o estudo paranaense calculou os indicadores, conferindo pontuação máxima de 42 pontos ao melhor resultado, e mínima de 1 ponto ao pior resultado, similar ao estudo-base português. Sendo assim, cada indicador obteve uma classificação própria dos municípios, e em cada ano obteve-se uma classificação da soma das pontuações dos indicadores de cada município. Nesse sentido, a soma das pontuações anuais culminou na pontuação geral de cada mandato, o ranking global, em que foram destacadas também as pontuações dos indicadores por ano.

Os resultados obtidos foram que os pequenos municípios (85,72% da população) ocuparam as primeiras 22 posições do Ranking Global, sendo o primeiro colocado o município de Cruzeiro do Iguaçu, e a última posição com o município de Pinhal de São Bento. Comparado a esse, o estudo de 2021 de Fernandes, et al., (2022), apresenta uma atualização nos índices. Sendo a exclusão do indicador Prazo Médio de Pagamentos (PMP a 31/12/2017) e o indicador Peso do passivo exigível consolidado nos rendimentos próprios (Dívida Total (passivo exigível) ÷ Rendimentos próprios), restando então apenas 9 indicadores para a nova classificação no ranking.

2.2.3 Análise das demonstrações contábeis das entidades do setor público: um estudo de caso múltiplo realizado em dois municípios situados na Região do Centro-Oeste Mineiro

O estudo de Araújo (2019) possui características parecidas. Ele foi realizado em dois municípios localizados no Centro-Oeste mineiro, buscando analisar a situação econômico-financeira de duas prefeituras, referente aos anos de 2016 a 2018. Os nomes dos municípios abordados no estudo foram omitidos pela autora. No entanto, diferente dos estudos citados até então, a análise se deu por triangulação de dados, através do cálculo de indicadores simplificados nos três balanços (Orçamentário, Financeiro e Patrimonial) e nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos três períodos.

Enquanto isso, para o Balanço Patrimonial, foram selecionados apenas os indicadores Situação Financeira ($AC \div PC$), Situação Permanente ($ANC \div PNC$), e Resultado Patrimonial ($Ativo \div Passivo$). E, para as Demonstrações das Variações Patrimoniais, utilizou-se apenas o cálculo das Variações Patrimoniais (VP) como fonte de comparação ($VP \text{ Aumentativas} \div VP \text{ Diminutivas}$). A autora concluiu que as duas prefeituras obtiveram resultados similares em todos os quocientes, com agravante na insuficiência de arrecadação no período, e divergindo minimamente na análise do Balanço Patrimonial, em que a prefeitura A teve um déficit na situação permanente no ano de 2017, sendo que, a prefeitura B manteve o superávit.

2.2.4 Análise das demonstrações contábeis no setor público – avaliação de indicadores financeiros e de solvência

Costa (2018) realizou uma análise dos principais indicadores econômicos e financeiros das demonstrações contábeis da Prefeitura Municipal de Maceió/AL, dos anos de 2014 a 2016. Para tal análise, se utilizou os mesmos indicadores de Araújo (2019), no entanto, os classifica conforme a origem das informações utilizadas nos cálculos. Sendo assim, do Balanço Orçamentário Costa (2018) calculou: Equilíbrio Orçamentário, Execução da Receita, e Execução da Despesa. Já do

Balanço Financeiro, ele utilizou os indicadores: Resultado Orçamentário, Execução Orçamentária, Financeiro Real da Execução Orçamentária, Execução Extra orçamentária, Resultado da Execução Financeira e Resultado dos saldos financeiros.

No entanto, acrescentou nesse último grupo a Execução Orçamentária Corrente (Receita Corrente/Despesa Corrente) e a Execução Orçamentária de Capital (Receita Capital/Despesa Capital). Enquanto para o Balanço Patrimonial ele também utilizou: Situação Financeira, Situação Permanente e Resultado Patrimonial, agregando o Limite de endividamento (Dívida Fundada/Receita Líquida Real).

Dos dados coletados observou-se que, apesar do resultado orçamentário superavitário e equilíbrio orçamentário nos três períodos, ainda houve insuficiência de arrecadação, situação similar aos municípios do estudo anteriormente citado, do Centro-Oeste Mineiro. Verificou-se também déficit financeiro, seguido de superávit nos últimos dois anos, além de saldo patrimonial negativo, ou seja, passivo real a descoberto, em que a soma dos bens e direitos do ente são inferiores à soma das suas obrigações mais as dívidas fundadas. A partir de todas essas análises, o estudo demonstrou a importância dos indicadores contábeis financeiros e econômicos como ferramenta de gestão, além da aplicabilidade da análise das demonstrações contábeis no setor público, no tangível à esfera municipal.

2.2.5 Análise das demonstrações contábeis no processo de tomada de decisão no setor público: um estudo de contadores e gestores das prefeituras municipais da Mesorregião Oriental do Estado do Tocantins

Por fim, na busca por evidenciar a importância da análise das Demonstrações Contábeis como ferramenta auxiliar no processo de tomada de decisão, Lopes (2021) realizou um estudo com contadores e gestores das Prefeituras Municipais da Mesorregião Oriental do Estado do Tocantins. Nesse estudo, verificou-se quais demonstrações são utilizadas, e a sinergia entre os profissionais, durante esse processo de decisão e nas análises realizadas a partir das Demonstrações Contábeis. Para a pesquisa, foram aplicados questionários, do tipo survey, além da consulta a literatura e legislação vigentes.

De maneira inicial, é traçado o perfil dos respondentes, contadores e gestores, abrangendo gênero, idade, escolaridade, função e tempo de experiência. Na sequência, foi abordado aspectos sobre a elaboração das Demonstrações Contábeis, e a utilização delas no processo de tomada de decisão. Dos resultados encontrados, destaca-se que, a maioria das prefeituras utilizam do Balanço Patrimonial, Financeiro e Orçamentário, enquanto a Demonstração das Variações Patrimoniais

(DVP) e a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) são praticamente descartadas, sendo realizada em apenas 1 das 8 prefeituras dos gestores respondentes. Além disso, apenas 37,5% acompanham a divulgação das demonstrações elaboradas, apesar de ao menos um dos profissionais acompanharem as etapas das Demonstrações Contábeis (Elaboração, Divulgação, Gestão, e Auditoria, de acordo com a autora).

O estudo revelou ainda que, nenhum dos respondentes discorda sobre a efetividade das demonstrações contábeis no que tange à análise como base para o processo de tomada de decisões. No entanto, a respeito da observância das demonstrações, todos os gestores respondentes afirmaram ter o hábito observá-las, indo ao conflito da informação dos contadores, em que apenas 50% destes afirmam que seus respectivos gestores municipais as observam. Ainda assim, 69% dos profissionais concordam que o nível de utilização das Demonstrações Contábeis no contexto da tomada de decisões é frequente.

Nesse sentido, para a realização de análises mais precisas e adequadas, gestores (86%) e contadores (62,5%) concordam que os indicadores financeiros são considerados durante a análise das demonstrações contábeis. Dentre os indicadores, os mais usados pela amostra são: Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária e Quociente do Resultado da Execução Financeira, do balanço financeiro; e, Quociente de Execução da Despesa e da Execução da Receita, do balanço orçamentário. Enquanto isso, os menos utilizados foram: “Quociente da Execução Orçamentária de Capital com 0% entre os contadores e 28,6% entre os gestores; e Quociente da Execução Orçamentária Corrente com apenas 25% dos gestores” (LOPES, 2021, p. 47).

A partir desses estudos, busca-se aplicar os indicadores do Anuário Português de 2021, de Fernandes et al., (2021), sobre as demonstrações contábeis dos municípios do Paraná. Tem-se assim, o objetivo de identificar uma possível mudança no comportamento na transação entre dois mandatos distintos.

3 Metodologia

Esta pesquisa é documental, a partir da utilização de dados extraídos das demonstrações contábeis dos municípios, utiliza dados secundários e possui abordagem quantitativa, pois calcula-se indicadores e pontuação individual dos municípios, para obtenção do ranqueamento.

3.1 População e amostra

Para o estudo foram selecionados os 40 municípios paranaenses com maior desempenho no Produto Interno Bruto (PIB) a Preços Correntes de 2020, conforme último levantamento realizado e disponível no site do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)

na data de confecção do trabalho, vide Tabela 1. Os 40 municípios equivalem a 10% (dez por cento) dos municípios do Paraná que possui 399 municípios.

TABELA 1 - PRODUTO INTERNO BRUTO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ - 2020

Cidades	Preços correntes (R\$1.000,00)	Cidades	Preços correntes (R\$1.000,00)
Curitiba	88.308.728	Apucarana	3.338.749
São José dos Pinhais	21.975.612	Castro	3.291.753
Londrina	21.729.852	Francisco Beltrão	3.193.227
Maringá	20.005.630	Rolândia	3.083.964
Araucária	19.724.416	Marechal Cândido Rondon	2.832.322
Foz do Iguaçu	17.883.003	Fazenda Rio Grande	2.771.416
Ponta Grossa	17.274.713	Paranavaí	2.747.724
Cascavel	14.155.106	Ortigueira	2.719.417
Paranaguá	12.069.503	Cianorte	2.687.418
Guarapuava	7.515.223	Palotina	2.675.584
Toledo	6.783.261	Ibiporã	2.658.812
Pinhais	6.365.267	Cafelândia	2.094.173
Colombo	4.957.401	Medianeira	2.067.383
Campo Largo	4.719.807	Irati	2.047.623
Cambé	4.649.742	Marialva	2.035.794
Campo Mourão	4.587.664	Lapa	2.026.467
Arapongas	4.463.602	Sarandi	1.810.294
Telêmaco Borba	4.222.197	Dois Vizinhos	1.796.592
Pato Branco	4.167.224	Cornélio Procópio	1.749.596
Umuarama	3.671.607	Campina Grande do Sul	1.745.772

NOTA: Dados do último ano disponível estarão sujeitos à revisão quando da próxima divulgação.

Fonte: IBGE/IPARDES

A seleção de tais municípios ocorre com o objetivo de reduzir as distorções entre um município altamente desenvolvido e outro minimamente, nesse sentido, a comparação será realizada com cidades que teoricamente possuem condições similares em questão de economia e estrutura. Ainda assim, deve ser salientada a existência de uma discrepância considerável da capital Curitiba em relação aos demais colocados da lista.

Serão utilizadas as demonstrações contábeis de 2019 a 2022 de cada município. Possibilita-se assim, a observância acerca do comportamento de dois mandatos, os dois últimos anos da administração 2017-2020, e os primeiros dois anos da administração subsequente (2021-2024).

3.2 Procedimentos para Coleta e análise dos dados

A coleta dos dados relacionada às demonstrações contábeis, foi realizada via portal Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), que possui o acervo das demonstrações de todos os entes públicos do País.

Já para os dados N° de Habitantes e PIB, a coleta ocorreu no site do IPARDES, que propõe de maneira similar, o mesmo serviço e em conjunto com o Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE), porém, voltado ao Estado Paranaense. As demonstrações dos municípios foram reunidas e tabuladas utilizando-se o software Microsoft Office Excel, visando facilitar o cálculo dos indicadores propostos, uma vez que, os dados podem ser baixados no formato suportado pelo programa. Essa plataforma também serviu como base para a construção do Ranking Global dos municípios.

De modo a conciliar a contabilidade portuguesa com a brasileira, e possibilitar o cálculo dos índices, alguns indicadores necessitaram de adaptação. Isso ocorre devido às diferenças linguísticas e à própria legislação inerente às demonstrações públicas. A partir disso, algumas das contas utilizadas para os cálculos no anuário português foram adaptadas para as suas contas correspondentes nas demonstrações brasileiras. Ressalta-se ainda que, a nova estrutura apresentada acatou algumas das adaptações já feitas por Cabreira e Garcia (2021). Nesse sentido, a estrutura adaptada dos indicadores, são demonstradas no Quadro 1 - Indicadores Adaptados.

QUADRO 1 - INDICADORES ADAPTADOS.

Nº	Indicador	Fórmula	Fonte
1	Índice de Liquidez	Créditos a Curto Prazo + Demais créditos e Valores a Curto Prazo + Caixa e Equivalentes de Caixa	Balanco (Ativo)
		Passivo Circulante	Balanco (Passivo)
2	Razão entre o EBITDA e os Rendimentos Operacionais	Receitas Correntes - (Despesas Correntes + Provisões a C.P. + Provisões a L.P.)	Demonstração de Resultado
		Receitas Correntes	
3	Peso Passivo exigível no Ativo	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	Balanco (Passivo)
		Ativo - Ativo Imobilizado	Balanco (Ativo)
4	Passivo por habitante	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	Balanco (Passivo)
		Nº de habitantes	IPARDES
5	Taxa de cobertura financeira da despesa realizada no exercício	Total Geral da Despesa	Balanco Orçamentário - Despesas
		Receitas (Exceto Intra-Orçamentárias) - Deduções	Balanco Orçamentário - Receitas
6	Grau de execução do saldo efetivo	Receitas (Exceto Intra-Orçamentárias) - Total Geral da Despesa	B.O. - Receitas e Despesas
		Receitas (Exceto Intra-Orçamentárias)	Balanco Orçamentário - Receitas
7	Índice de Dívida Total	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante - Ações/Cotas em Tesouraria	Balanco (Passivo)
		Média das receitas correntes nos últimos 3 anos	Balanco Orçamentário - Receitas
8	Índice de Superavit	Total Geral da Despesa + (Caixa e Equivalentes de Caixa - Ações/Cotas em Tesouraria)	Balanco (Ativo, Orçamentário - Despesas, PL)
		Total Geral da Despesa	Balanco Orçamentário - Despesas
9	Impostos diretos por habitante	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria + Contribuições	Balanco Orçamentário - Receitas
		Nº de habitantes	IPARDES
Pontuação Máxima Total p/ano			9 (indicadores) * 40 (pontuação máxima) = 360

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Cabreira e Garcia (2021).

A partir desses indicadores, e dos resultados encontrados, foi calculado o desvio padrão, visando melhorar a interpretação dos índices, e posteriormente realizadas as análises acerca da situação de cada município. Da classificação dos municípios, seguiu-se a proposta de Cabreira e Garcia (2021), em que a pontuação máxima de cada índice se refere à quantidade de municípios envolvidos. Levando em consideração a abrangência desta pesquisa, 40 municípios, essa será a pontuação do melhor colocado do indicador, sendo descontado um ponto para o colocado subsequente, até que o último possua apenas 1 ponto.

Esse cálculo será realizado para todos os anos pesquisados, resultando assim em três diferentes classificações, sendo elas, por indicador, por ano, e pelo período completo (soma dos quatro anos). A qualificação no Ranking Global levou em consideração a pontuação do período completo de cada município, ocasionando a disposição do melhor colocado para o pior, e a partir disso foram realizadas as análises pertinentes.

Como método de desempate no ranking geral, foi levado em consideração o município com melhor desempenho no indicador da taxa de cobertura financeira da despesa realizada no exercício. Nesse sentido, a escolha se justifica ao favorecer o município que possui melhor capacidade financeira em quitar suas dívidas.

4 Resultados e Análise dos dados

4.1 Índice de Liquidez Corrente

O índice de liquidez permite analisar a autonomia dos municípios em pagar suas dívidas a curto prazo, devido a isso, somou-se os créditos a curto prazo e dividiu-se pelo passivo circulante. Tendo em vista que, quanto maior o resultado, melhor sua liquidez, o município que apresentou maior pontuação na maioria dos períodos, 2019 e 2021, foi Cascavel. Em 2019 apresentou disponibilidades de R\$1.718.839.409,87, enquanto o passivo no valor de R\$11.867.537,23, indicando que o município possui a capacidade de liquidar seus passivos de curto prazo. Em contrapartida, o município que apresentou índices mais baixos em todos os períodos foi Foz do Iguaçu.

TABELA 2 – ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Cidades	2019		2020		2021		2022		Desvio Padrão
	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	
Curitiba	10,244	19	9,736	13	9,175	14	12,485	25	5
São José dos Pinhais	6,572	9	6,348	9	8,983	13	6,598	12	2
Londrina	4,578	7	6,493	10	16,153	25	12,810	26	9
Maringá	6,960	12	6,682	11	6,404	10	5,254	9	1
Araucária	3,005	4	4,004	4	2,797	3	3,817	5	1
Foz do Iguaçu	1,209	1	1,495	1	1,967	1	1,317	1	0
Ponta Grossa	27,257	30	44,619	36	25,684	29	36,674	32	3
Cascavel	114,643	40	27,623	29	123,467	40	83,543	38	5
Paranaguá	13,433	23	20,090	25	13,397	19	11,638	23	2
Guarapuava	11,480	20	10,510	15	12,691	17	11,393	22	3
Toledo	12,365	22	13,154	17	13,636	20	23,252	29	4
Pinhais	41,992	35	41,963	33	43,170	35	46,435	33	1
Colombo	8,403	15	62,094	37	32,379	32	9,968	18	9
Campo Largo	7,194	14	5,826	7	2,510	2	2,022	2	5
Cambé	2,999	3	3,483	2	6,290	8	8,109	16	6
Campo Mourão	4,217	6	10,034	14	6,354	9	6,182	11	3
Arapongas	24,825	29	32,127	30	32,165	31	55,869	36	3
Telêmaco Borba	45,152	37	79,379	38	23,838	27	124,112	40	5
Pato Branco	11,802	21	33,742	32	18,964	26	7,680	15	6
Umuarama	37,577	34	16,770	20	43,833	36	21,184	28	6
Apucarana	28,215	31	19,969	24	15,481	24	4,561	6	9
Castro	28,620	32	32,537	31	30,775	30	6,735	13	8

Desempenho de Municípios do Paraná: Uma Análise de Gestão Baseada em Indicadores
Sandra Mara Valmorbid, Ana Elisa da Silva, Guilherme Santoro

Francisco Beltrão	9,914	17	3,987	3	5,354	7	5,113	8	5
Rolândia	31,668	33	19,392	23	47,172	37	49,746	35	5
Marechal Cândido Rondon	3,239	5	4,164	5	4,586	5	5,310	10	2
Fazenda Rio Grande	13,557	24	26,522	28	37,782	34	48,433	34	4
Paranavaí	6,876	11	8,767	12	14,458	21	10,210	19	4
Ortigueira	44,319	36	117,935	40	33,474	33	10,862	21	7
Cianorte	10,165	18	93,819	39	63,699	38	74,305	37	9
Palotina	15,189	25	21,073	26	3,404	4	3,164	3	11
Ibiporã	8,913	16	11,176	16	13,246	18	7,638	14	1
Cafelândia	6,853	10	18,341	22	11,589	16	15,097	27	6
Medianeira	6,303	8	17,380	21	14,508	22	25,753	31	8
Irati	20,127	28	14,285	18	14,922	23	9,030	17	4
Marialva	57,033	38	42,749	35	107,049	39	103,350	39	2
Lapa	2,153	2	4,372	6	5,114	6	3,412	4	2
Sarandi	17,016	27	23,616	27	8,449	12	12,300	24	6
Dois Vizinhos	7,091	13	6,106	8	7,433	11	4,804	7	2
Cornélio Procópio	16,323	26	16,682	19	10,351	15	10,363	20	4
Campina Grande do Sul	95,610	39	42,692	34	25,367	28	24,897	30	4

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Na Tabela 2, percebe-se que independente do período de mandato, esse índice manteve-se constante no decorrer dos períodos na maioria dos municípios, apenas as cidades de Colombo, Telêmaco Borba, Apucarana, Marialva, Campina Grande do Sul e Castro que oscilaram bruscamente dentre os anos. Nota-se que Arapongas, Telêmaco Borba e Marialva no final do mandato entre 2019 e 2020 tiveram queda nesse índice, mas recuperaram no novo mandato em 2021 e 2022. Já em Colombo, Apucarana, Campina Grande do Sul e Castro, ocorreu o inverso, possuíam bom índice inicialmente, e nos anos finais decaíram.

Em relação a comparação do índice no último ano do mandato de uma gestão e o primeiro ano da nova, nota-se que os municípios que apresentaram significativas diferenças foram: Cascavel, Colombo, Telêmaco Borba, Ortigueira, Cianorte e Marialva.

No município de Cascavel e Marialva ocorreu diminuição no passivo circulante e aumento no disponível, devido a isso o índice apresentou melhora no início da gestão, em 2021. Já nos municípios de Colombo, Telêmaco Borba, Ortigueira e Cianorte, embora o ativo circulante tenha aumentado, o passivo circulante aumentou em maior proporção, fazendo o índice diminuir no ano de 2021.

Diferentemente do que ocorre no Anuário Português (2021) e no estudo de Cabreira e Garcia (2021), em que alguns municípios não dispunham de parte dos dados necessários para o cálculo deste indicador, a presente pesquisa conseguiu dados para as análises pretendidas. Embora se tenha a obrigatoriedade da divulgação dos relatórios e demonstrativos anualmente, alguns municípios não publicaram no prazo, o que ocasionou a falta de alguns dados necessários. Isso pode ser vinculado ao fato que a amostra segue um padrão, com os 40 municípios com maior PIB, que precisam também de maior atenção aos dados e fatos contábeis, e conseqüentemente às publicações das demonstrações.

4.2 Razão EBITDA e Rendimentos Operacionais

Embora se entenda que um município não tem como objetivo o lucro, a avaliação do resultado operacional das entidades públicas é muito importante. Pois demonstra a capacidade do município de gerar receitas suficientes para o pagamento das despesas geradas no período. Mostra também, a independência financeira do município na manutenção de serviços públicos essenciais.

Conforme observa-se na Tabela 3, os municípios analisados demonstraram resultados operacionais satisfatórios. A taxa de retorno das receitas correntes indicou que todos arrecadaram um montante superior às despesas correntes do período. Nos municípios do sudoeste do Paraná citados na pesquisa de Cabreira e Garcia (2021), pode-se notar que também apresentaram bons resultados, o que indica maior atenção em gerar receitas suficientes para pagamento das despesas.

TABELA 3 – RAZÃO EBITDA E RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Cidades	2019		2020		2021		2022		Desvio Padrão
	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	
Curitiba	0,382	14	0,361	10	0,463	15	0,628	23	5
São José dos Pinhais	0,160	6	0,153	3	0,212	6	0,166	7	2
Londrina	1,578	35	0,893	26	0,898	28	1,024	32	3
Maringá	0,368	13	0,504	15	0,504	18	0,477	15	2
Araucária	1,783	37	1,254	32	1,986	40	1,097	33	3
Foz do Iguaçu	0,407	17	0,423	12	0,407	14	0,338	12	2
Ponta Grossa	0,185	9	0,244	7	0,246	9	0,236	10	1
Cascavel	1,820	38	2,077	39	1,850	38	1,589	37	1
Paranaguá	0,133	5	0,120	1	0,160	4	0,153	5	2
Guarapuava	0,934	29	0,998	30	0,920	29	0,998	30	1
Toledo	0,834	27	0,801	25	0,802	24	0,675	24	1
Pinhais	1,138	31	0,932	28	0,217	8	0,804	28	9
Colombo	0,063	1	0,126	2	0,150	3	0,696	25	10
Campo Largo	2,031	40	2,097	40	1,767	37	2,186	40	1
Cambé	0,623	22	0,664	20	0,669	22	0,594	21	1
Campo Mourão	0,432	18	0,549	17	0,593	20	0,549	17	1
Arapongas	0,457	19	0,545	16	0,499	17	0,505	16	1
Telêmaco Borba	0,787	26	0,943	29	0,880	27	1,356	35	3
Pato Branco	1,146	32	0,556	18	0,283	12	0,364	13	8
Umuarama	1,087	30	1,153	31	1,153	30	1,012	31	1
Apucarana	0,125	4	0,174	5	0,117	1	0,100	2	2
Castro	0,192	10	0,277	9	0,206	5	0,183	8	2
Francisco Beltrão	0,402	16	0,387	11	0,355	13	0,845	29	7
Rolândia	0,639	23	0,733	22	0,872	26	0,795	27	2
Marechal Cândido Rondon	0,181	8	0,260	8	0,259	10	0,226	9	1
Fazenda Rio Grande	0,748	24	0,751	24	0,282	11	0,631	1	10
Paranavaí	0,597	20	0,646	19	0,608	21	0,566	18	1
Ortigueira	0,337	11	0,487	14	0,528	19	0,241	11	3
Cianorte	1,315	33	1,359	34	1,171	31	0,594	20	6
Palotina	0,598	21	0,707	21	1,698	34	0,585	19	6
Ibiporã	1,826	39	1,862	38	1,631	33	1,597	38	2
Cafelândia	1,649	36	1,790	36	1,862	39	1,460	36	1
Medianeira	0,386	15	0,486	13	0,474	16	0,470	14	1
Irati	0,882	28	1,806	37	1,753	36	1,796	39	4
Marialva	0,116	3	1,469	35	1,725	35	0,165	6	15
Lapa	0,341	12	0,894	27	0,864	25	0,702	26	6
Sarandi	0,760	25	0,740	23	0,736	23	0,600	22	1
Dois Vizinhos	0,180	7	0,211	6	0,216	7	0,110	3	2
Cornélio Procópio	0,097	2	0,155	4	0,126	2	0,144	4	1
Campina Grande do Sul	1,359	34	1,316	33	1,324	32	1,161	34	1

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O município que mais se destacou em todos os períodos foi o de Campo Largo, atingindo 40 pontos em 2019, 2021 e 2023 e 37 pontos em 2020 no decorrer dos períodos, seguido por Cascavel, com 38 pontos em 2019 e 2021, 39 em 2020 e 37 em 2022, entre os períodos. Em contrapartida, o que menos se destacou foi o município de Cornélio Procópio, com apenas 12 pontos no período. O município de Marialva estava com apenas 3 pontos, subiu para 35 em 2020 e 2021 e teve queda em 2022, fechando o ano com apenas 6 pontos.

Destacam-se também, Londrina com boa pontuação, oscilando entre 26 a 35 pontos. Pinhais, estava com 31 pontos em 2019 e no ano de 2021, novo mandato, caiu para 8, mas se recuperou em 2022 e alcançou os 28 pontos. Já o município de Pato Branco, em 2019 pontuou 32 e na transição de mandatos em 2021 caiu para 12 pontos. Ademais, o município de Colombo, estava com apenas 2 pontos em 2020, aumentou para 3 em 2021, e no segundo ano do novo mandato, em 2022, subiu para 25 pontos, o que significa bom desempenho da nova gestão.

Cabreira e Garcia (2021), evidenciaram resultados negativos em alguns municípios. Já com a análise dos novos períodos abordados nesse estudo, pode-se observar que tem diminuído o número de municípios com resultados operacionais negativos, o que pode ser explicado como fruto de uma gestão mais equilibrada.

Observa-se ainda que, em todos os municípios nos anos de 2020 e 2021, obtiveram nesse índice resultado constante, independente da gestão ou PIB. Ocorreu também pouca oscilação nos valores dentre esses períodos, o que significa que ambas conseguiram suprir suas despesas.

4.3 Peso do Passivo exigível no ativo

Esse indicador serve para verificar quanto de passivo havia para o montante de ativo no período. Diferente dos demais índices apresentados até aqui, quanto menor o resultado, ou quanto menos receitas forem utilizadas para liquidação de passivos, melhor o desempenho do município.

TABELA 4 – PESO PASSIVO EXIGÍVEL NO ATIVO

Cidades	2019		2020		2021		2022		Desvio Padrão
	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	
Curitiba	0,635	19	0,643	26	0,742	15	0,829	14	5
São José dos Pinhais	0,219	36	0,182	37	0,147	37	0,114	39	1
Londrina	3,614	1	2,303	2	1,776	4	2,385	1	1
Maringá	0,746	16	0,730	17	0,717	16	0,741	17	1
Araucária	1,225	7	0,851	12	1,471	7	0,814	15	3
Foz do Iguaçu	0,821	12	0,847	13	0,844	14	0,988	11	1
Ponta Grossa	0,364	32	0,334	34	0,574	26	0,514	27	3
Cascavel	1,039	9	1,278	7	1,268	10	1,211	9	1
Paranaguá	0,283	35	0,344	33	0,390	31	0,307	34	1
Guarapuava	0,586	22	0,711	19	0,685	20	0,854	13	3
Toledo	0,732	18	0,666	23	0,644	22	0,588	24	2
Pinhais	0,582	23	0,429	30	0,040	39	0,460	30	6

Desempenho de Municípios do Paraná: Uma Análise de Gestão Baseada em Indicadores
Sandra Mara Valmorbid, Ana Elisa da Silva, Guilherme Santoro

Colombo	0,094	39	0,047	39	0,043	38	0,423	31	3
Campo Largo	0,978	10	1,268	8	1,222	11	1,685	4	3
Cambé	0,915	11	0,773	15	0,701	18	0,639	19	3
Campo Mourão	0,522	27	0,562	28	0,544	28	0,515	26	1
Arapongas	0,456	30	0,407	31	0,418	30	0,413	32	1
Telêmaco Borba	0,566	25	0,682	22	0,640	24	1,058	10	6
Pato Branco	2,243	3	0,934	11	0,474	29	0,749	16	9
Umuarama	1,351	5	1,570	5	1,400	8	1,427	6	1
Apucarana	0,141	38	0,176	38	0,240	33	0,189	38	2
Castro	0,164	37	0,204	36	0,178	36	0,214	35	1
Francisco Beltrão	0,630	20	0,726	18	0,711	17	1,641	5	6
Rolândia	0,575	24	0,706	20	0,696	19	0,632	20	2
Marechal Cândido Rondon	0,335	34	0,273	35	0,233	35	0,196	37	1
Fazenda Rio Grande	0,597	21	0,646	25	0,234	34	0,206	36	6
Paranavaí	0,766	13	0,759	16	0,639	25	0,647	18	4
Ortigueira	0,078	40	0,035	40	0,039	40	0,101	40	0
Cianorte	1,188	8	1,240	9	1,064	12	0,631	21	5
Palotina	0,563	26	0,659	24	1,967	2	0,623	22	10
Ibiporã	2,445	2	2,400	1	1,954	3	2,011	3	1
Cafelândia	1,635	4	1,620	4	1,659	5	1,358	7	1
Medianeira	0,732	17	0,637	27	0,544	27	0,477	28	4
Irati	0,766	14	1,553	6	1,629	6	2,102	2	4
Marialva	0,467	29	1,879	3	2,121	1	0,470	29	14
Lapa	0,357	33	0,792	14	0,926	13	0,881	12	9
Sarandi	0,765	15	0,689	21	0,641	23	0,604	23	3
Dois Vizinhos	0,384	31	0,463	29	0,282	32	0,390	33	1
Cornélio Procopio	0,479	28	0,391	32	0,645	21	0,551	25	4
Campina Grande do Sul	1,247	6	1,206	10	1,338	9	1,357	8	1

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Observa-se na Tabela 4 que, o município de Londrina, no penúltimo ano de mandato, estava em situação de super endividamento, obtendo resultado de 3,61, e na nova gestão, em 2021, obteve apenas 1,77. O município de Pinhais também chama atenção, pois no penúltimo ano de mandato estava com resultado 0,582 e no primeiro ano do novo mandato foi para 0,04. O mesmo ocorreu em Pato Branco, quando obteve 2,24 em 2019 e melhorou para 0,474 em 2021. Já os municípios de Irati e Marialva, apresentaram melhores resultados em 2019, enquanto em 2021, na nova gestão, subiram de 0,766 para 1,629 e 0,467 para 2,121 respectivamente.

Percebe-se que houve pouca oscilação de valores entre os mandatos, a maioria dos municípios mantiveram pontuações próximas, na transição entre as gestões, anos de 2020 e 2021. Ademais, a classificação de PIB não interferiu de maneira impactante nos resultados obtidos.

Ainda assim, Ortigueira se destacou positivamente, mantendo-se com 40 pontos em todos os períodos. Isso representa o potencial do município em liquidar suas contas de passivo, comprometendo somente os rendimentos próprios. Já Londrina e Ibiporã, foram os municípios que apresentaram menor pontuação, ficando entre 1 e 4 pontos apenas.

4.4 Passivo por habitante

A análise do passivo por habitante, relaciona o total do passivo pela dimensão populacional de cada município. Nesse índice apenas 12 municípios apresentaram pontuação baixa, os outros 28 ficaram entre média e alta pontuação, conforme demonstrado na Tabela 5 - Passivo por Habitante.

TABELA 5 – PASSIVO POR HABITANTE

Cidades	2019		2020		2021		2022		Desvio Padrão
	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	
Curitiba	1.953,64	21	2.202,99	23	3.026,69	16	4.479,01	11	5
São José dos Pinhais	313,54	38	276,17	38	285,95	37	300,29	40	1
Londrina	6.854,42	4	4.736,95	11	4.799,80	11	6.270,37	8	3
Maringá	1.976,81	19	2.723,08	17	2.961,06	19	3.458,82	17	1
Araucária	12.598,91	1	9.080,72	1	16.867,45	1	11.039,26	1	0
Foz do Iguaçu	2.394,14	14	2.656,02	19	2.920,38	20	3.338,92	19	2
Ponta Grossa	1.324,19	28	1.258,17	31	1.461,58	29	1.704,97	29	1
Cascavel	5.809,65	6	7.468,55	3	7.644,49	4	7.472,28	6	1
Paranaguá	993,15	31	1.171,25	32	1.425,95	30	1.676,25	30	1
Guarapuava	2.350,33	15	3.007,60	15	3.110,27	15	4.247,10	13	1
Toledo	3.219,09	12	3.225,87	12	3.446,50	14	3.392,56	18	2
Pinhais	3.338,01	11	2.694,39	18	192,40	39	3.492,51	16	11
Colombo	152,40	40	89,62	40	105,19	40	2.007,38	27	6
Campo Largo	5.864,73	5	6.833,26	5	6.370,67	7	9.590,97	2	2
Cambé	1.962,97	20	2.160,93	24	2.366,26	22	2.511,88	24	2
Campo Mourão	1.482,99	27	1.920,55	27	2.294,21	23	2.611,38	23	2
Arapongas	1.073,12	30	1.352,97	30	1.549,19	28	1.865,55	28	1
Telêmaco Borba	2.319,48	17	3.030,72	14	2.986,27	18	6.782,54	7	4
Pato Branco	4.541,91	9	2.516,05	21	1.585,63	27	2.421,46	25	7
Umuarama	4.003,60	10	4.764,43	10	4.830,17	10	5.116,92	10	0
Apucarana	792,26	33	782,96	34	718,53	34	665,75	35	1
Castro	429,96	36	730,33	35	764,05	33	993,85	33	1
Francisco Beltrão	1.739,54	25	2.006,24	26	1.848,57	25	4.457,64	12	6
Rolândia	1.792,04	24	2.397,47	22	2.986,94	17	3.103,32	21	3
Marechal Cândido Rondon	902,02	32	901,43	33	892,52	32	833,71	34	1
Fazenda Rio Grande	1.817,38	23	2.101,14	25	349,04	36	523,32	38	7
Paranavaí	2.099,35	18	2.546,33	20	2.635,38	21	2.811,87	22	1
Ortigueira	156,86	39	127,61	39	253,02	38	475,56	39	0
Cianorte	4.767,90	7	5.206,87	8	4.745,29	12	3.222,74	20	5
Palotina	2.337,89	16	2.921,75	16	10.119,07	2	3.688,32	15	6
Ibiporã	6.996,82	3	7.386,64	4	7.215,31	6	9.384,03	3	1
Cafelândia	7.571,94	2	8.601,79	2	9.853,75	3	9.293,61	4	1
Medianeira	1.487,33	26	1.492,71	29	1.710,27	26	1.583,47	31	2
Irati	2.573,26	13	5.289,58	7	5.625,95	9	7.744,20	5	3
Marialva	452,70	35	6.080,08	6	7.633,26	5	634,67	36	15
Lapa	1.169,18	29	3.095,10	13	3.630,16	13	3.968,21	14	7
Sarandi	1.830,70	22	1.790,14	28	2.244,11	24	2.068,73	26	2
Dois Vizinhos	369,32	37	400,76	37	437,68	35	531,77	37	1
Cornélio Procópio	710,08	34	586,94	36	990,10	31	995,58	32	2
Campina Grande do Sul	4.543,17	8	4.956,95	9	6.058,26	8	6.015,12	9	1

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Em relação a mudança de resultados nas diferentes gestões, observa-se que, os municípios de Pinhais, Pato Branco e Fazenda Rio Grande apresentaram resultados elevados em 2019. Ainda assim, apresentaram melhora em 2020 e 2021 com a nova gestão, obtendo queda brusca nos valores, o que significa melhoria no resultado.

Sobre Pato Branco, deve-se ressaltar a oscilação brusca de 2019 para 2020, caindo de 4.541,91 para um resultado de 2.516,05, representando uma grande redução do passivo, que ainda reflete em 2021 em um valor de 1.585,63 no indicador. Já a cidade de Palotina, apresentava resultado de 2.337,89 em 2019 e com a nova gestão subiu para 10.119,07. Enquanto Marialva apresentou 452,70 de resultado em 2019 e chegou a 7.633,26 em 2021.

Nesse índice, a classificação de PIB pouco influenciou nos resultados, e consequentemente nas pontuações angariadas pelos municípios. Diferente do que aconteceu no estudo de Cabreira e

Garcia (2021), o qual os municípios considerados pequenos, obtiveram melhor pontuação do que os municípios grandes. Dessa forma, entende-se que há uma disparidade de resultados nesta categoria.

São José dos Pinhais, Colombo e Ortigueira foram os municípios com melhor desempenho nesse índice, ficando com apenas 1 ponto de diferença entre um e outro no decorrer dos períodos. O resultado menos favorável para é do município de Araucária, com apenas 1 ponto por ano analisado.

4.5 Taxa de cobertura financeira de despesa realizada no exercício

Indica a capacidade financeira de um município em quitar suas dívidas. Dessa forma, um município não deve comprometer a despesa no exercício em um valor superior ao que presume arrecadar de receita.

TABELA 6 – TAXA DE COBERTURA FINANCEIRA DE DESPESA REALIZADA NO EXERCÍCIO

Cidades	2019		2020		2021		2022		Desvio Padrão
	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	
Curitiba	1,022	11	1,084	1	1,067	3	1,092	4	4
São José dos Pinhais	0,988	21	0,973	15	0,923	30	1,010	24	5
Londrina	1,165	1	1,076	2	1,151	1	1,102	3	1
Maringá	0,957	26	0,944	24	1,025	9	1,010	23	7
Araucária	0,952	28	1,008	7	0,918	32	1,003	25	10
Foz do Iguaçu	1,066	4	1,002	8	1,047	5	1,059	11	3
Ponta Grossa	1,012	15	1,022	4	0,939	24	0,947	34	11
Cascavel	1,034	8	0,926	26	0,957	20	0,999	26	7
Paranaguá	1,058	5	0,965	19	0,969	16	0,969	30	9
Guarapuava	0,837	40	0,865	37	0,959	19	0,932	36	8
Toledo	0,989	20	0,948	23	0,962	17	1,057	14	3
Pinhais	0,973	23	0,875	34	0,835	39	0,852	40	7
Colombo	1,128	2	1,021	5	0,955	21	1,053	15	8
Campo Largo	0,985	22	0,997	9	0,942	23	1,040	19	6
Cambé	1,015	14	0,994	11	0,970	15	1,028	20	3
Campo Mourão	0,993	18	0,884	32	0,830	40	0,897	39	9
Arapongas	0,937	32	0,875	36	1,045	6	1,025	22	12
Telêmaco Borba	0,948	29	0,909	29	0,930	26	0,931	37	4
Pato Branco	0,918	36	0,913	28	0,977	14	1,083	5	12
Umuarama	1,054	6	1,012	6	1,032	8	1,072	8	1
Apucarana	1,025	10	0,936	25	1,021	10	1,082	6	7
Castro	1,021	13	0,819	40	0,996	13	1,074	7	13
Francisco Beltrão	1,022	12	1,058	3	1,077	2	1,044	18	7
Rolândia	0,931	34	0,949	22	0,925	29	0,998	27	4
Marechal Cândido Rondon	0,989	19	0,875	35	0,914	33	0,967	31	6
Fazenda Rio Grande	0,917	37	0,993	12	0,850	38	1,923	1	16
Paranavaí	0,939	30	0,922	27	0,954	22	1,059	12	7
Ortigueira	0,852	39	0,969	18	0,875	36	1,060	10	12
Cianorte	1,028	9	0,996	10	0,999	12	1,052	16	3
Palotina	0,935	33	0,972	16	0,960	18	0,991	28	7
Ibiporã	1,004	16	0,970	17	0,939	25	1,049	17	4
Cafelândia	0,927	35	0,956	20	0,911	34	0,918	38	7
Medianeira	0,964	24	0,849	39	0,927	28	0,951	33	6
Irati	1,076	3	0,952	21	1,044	7	1,057	13	7
Marialva	1,045	7	0,975	14	0,929	27	0,966	32	10
Lapa	0,994	17	0,861	38	1,014	11	1,026	21	10
Sarandi	0,938	31	0,886	31	0,857	37	1,145	2	14
Dois Vizinhos	0,963	25	0,990	13	0,922	31	1,061	9	9
Cornélio Procópio	0,955	27	0,880	33	1,054	4	0,969	29	11
Campina Grande do Sul	0,864	38	0,897	30	0,889	35	0,932	35	3

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Nesse indicador, conforme mostrado na Tabela 6, quase metade dos municípios analisados apresentaram baixa eficiência financeira, pois ficaram com seus indicadores superiores a um, em dois ou mais períodos.

Além disso, a maioria dos municípios apresentaram elevadas oscilações de pontuação entre os períodos, principalmente o da mudança de gestão que ocorreu no ano de 2020. Nessa troca, as oscilações mais relevantes foram de Fazenda Rio Grande, ao subir 26 posições, Araucária, que subiu 25, Ponta Grossa, também subiu, mas 20 posições, e de Dois Vizinhos, que subiu 18 posições. No outro extremo, Arapongas, Cornélio Procópio, Castro e Lapa. Ambos tiveram resultados piores na transição de gestão, obtendo a perda de posições, respectivamente: 30; 29; e 27.

Destacam-se com os melhores resultados, os municípios de Guarapuava (0,837) e Ortigueira (0,852) em 2019, já em 2020 Castro (0,819) e Medianeira (0,849). Por fim, Campo Mourão e Pinhais se intercalam nas melhores posições, com 40 e 39 pontos, respectivamente, em 2021, e invertendo em 2022. Ademais, o município que apresentou a menor pontuação em todos os períodos foi Londrina, atingindo no máximo 3 pontos em 2022.

Tendo em vista que, a amostra representa os municípios com maior PIB, os valores indicados nesses índices são bem próximos, o que pode significar um zelo maior pelo equilíbrio econômico-financeiro, pois as cidades que não atingiram resultado 1, ficaram bem próximas deste.

Ressalta-se ainda que, em comparação com os estudos de Cabreira e Garcia (2021) e o Anuário Português (2021), neste índice, este estudo apontou que, a maioria dos municípios obteve resultados próximos ou superiores a 1, enquanto nos outros estudos isso ocorreu com a minoria dos resultados, ou seja, apresentaram menor eficiência financeira.

4.6 Grau de execução do saldo efetivo

O indicador do grau de execução do saldo efetivo, de acordo com o Anuário Português (2021), consiste em verificar se as receitas efetivas são superiores às despesas efetivas. Nesse indicador foram observados resultados inferiores a zero, conforme Tabela 7, evidenciando que o município gastou mais que arrecadou no ano analisado.

TABELA 7 – GRAU DE EXECUÇÃO DO SALDO EFETIVO

Cidades	2019		2020		2021		2022		Desvio Padrão				
	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação					
Curitiba	0,017	6	-	0,042	1	-	0,024	2	-	0,047	3	2	
São José dos Pinhais	0,102	23		0,111	18		0,165	32		0,075	24	5	
Londrina	-	0,084	1	-	0,002	2	-	0,071	1	-	0,026	4	1
Maringá	0,100	22		0,105	17		0,085	12		0,076	25	5	
Araucária	0,155	33		0,104	16		0,196	35		0,099	29	7	
Foz do Iguaçu	0,005	3		0,047	6		0,026	4		0,008	9	2	
Ponta Grossa	0,066	13		0,053	7		0,138	24		0,121	33	10	
Cascavel	0,028	7		0,121	22		0,099	15		0,061	22	6	
Paranaguá	0,008	5		0,087	12		0,092	14		0,102	30	9	
Guarapuava	0,234	39		0,206	37		0,137	23		0,141	37	6	
Toledo	0,084	17		0,116	20		0,116	20		0,029	14	2	
Pinhais	0,163	35		0,180	34		0,105	16		0,093	28	8	
Colombo	-	0,048	2		0,042	5		0,113	19		0,012	10	6
Campo Largo	0,091	19		0,071	9		0,137	22		0,044	19	5	
Cambé	0,069	14		0,078	10		0,110	17		0,077	26	6	
Campo Mourão	0,072	15		0,165	33		0,221	39		0,162	39	10	
Arapongas	0,135	29		0,183	35		0,043	7		0,056	20	11	
Telêmaco Borba	0,138	30		0,164	31		0,155	28		0,147	38	4	
Pato Branco	0,142	31		0,137	26		0,091	13	-	0,012	6	10	
Umuarama	0,008	4		0,038	4		0,033	5	-	0,010	7	1	
Apucarana	0,043	10		0,116	19		0,047	9	-	0,010	8	4	
Castro	0,085	18		0,257	40		0,112	18		0,038	17	10	
Francisco Beltrão	0,038	9		0,001	3	-	0,005	3		0,023	13	4	
Rolândia	0,161	34		0,133	25		0,165	31		0,089	27	3	
Marechal Cândido Rondon	0,091	20		0,187	36		0,164	30		0,115	32	6	
Fazenda Rio Grande	0,151	32		0,080	11		0,218	38	-	0,776	1	15	
Paranavaí	0,134	28		0,143	27		0,126	21		0,020	11	7	
Ortigueira	0,246	40		0,146	28		0,226	40		0,057	21	8	
Cianorte	0,046	11		0,070	8		0,077	10		0,023	12	1	
Palotina	0,164	36		0,125	24		0,151	26		0,122	34	5	
Ibiporã	0,073	16		0,100	14		0,142	25		0,039	18	4	
Cafelândia	0,175	37		0,148	29		0,198	36		0,186	40	4	
Medianeira	0,118	25		0,218	39		0,157	29		0,128	35	5	
Iratí	0,029	8		0,121	23		0,047	8		0,030	15	6	
Marialva	0,054	12		0,101	15		0,152	27		0,130	36	10	
Lapa	0,098	21		0,212	38		0,084	11		0,072	23	10	
Sarandi	0,116	24		0,159	30		0,190	34	-	0,091	2	12	
Dois Vizinhos	0,134	27		0,098	13		0,169	33		0,038	16	8	
Cornélio Procópio	0,129	26		0,120	21		0,041	6		0,111	31	9	
Campina Grande do Sul	0,211	38		0,164	32		0,198	37	-	0,017	5	13	

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Pode-se verificar que, a cidade de Londrina chama atenção negativamente, em ambos os anos apresentou valores inferiores a zero. Nesse sentido, nota-se que há menos efetividade na execução das receitas do município. Ademais, os municípios de Curitiba, Colombo, Pato Branco, Umuarama, Apucarana, Francisco Beltrão, Fazenda Rio Grande, Sarandi e Campina Grande do Sul, tiveram em pelo menos um período, seu resultado negativo.

Entre os períodos analisados, os municípios oscilaram em seus resultados, principalmente na mudança de gestão. Casos como Fazenda Rio Grande, Dois Vizinhos e Araucária tiveram aumento relevante entre um período e outro, com aumento de 27, 20 e 19 pontos, respectivamente. Enquanto isso, os municípios que pioraram as posições foram Arapongas (-28), Lapa (-27) e Castro (-22). Dessa maneira, pode-se dizer que o impacto da mudança de gestão, tenha causado essas alterações, até as contas públicas serem reorganizadas.

Destacam-se neste indicador os municípios de Cafelândia e Guarapuava, com as melhores pontuações na somatória dos períodos, 142 e 136 pontos, respectivamente. Vale ressaltar ainda que, os maiores pontuadores (40 pontos) de cada ano. Primeiramente o município de Ortigueira em 2019 e 2021 (0,246 e 0,226), em 2020 Castro (0,257), e em 2022 Cafelândia.

Assim como nos resultados apresentados por Cabreira e Garcia (2021), neste estudo é possível observar que alguns dos municípios analisados apresentaram elevados valores de despesas, superando o montante de receita gerada.

4.7 Índice de dívida total

Segundo o Anuário Português (2021), esse indicador considera como dívida total de operações orçamentais quaisquer formas de endividamento junto a instituições financeiras, bem como, todos os restantes débitos com terceiros decorrentes de operações orçamentais.

TABELA 8 – ÍNDICE DE DÍVIDA TOTAL

Cidades	2019		2020		2021		2022		Desvio Padrão
	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	
Curitiba	0,468	32	0,511	28	0,666	22	0,832	14	7
São José dos Pinhais	0,092	39	0,079	38	0,078	37	0,073	39	1
Londrina	1,065	17	1,322	9	1,216	12	1,376	8	4
Maringá	1,156	16	0,721	21	0,706	21	0,681	24	3
Araucária	1,809	4	1,264	11	2,134	2	1,230	9	4
Foz do Iguaçu	0,590	28	0,613	23	0,625	23	0,707	22	2
Ponta Grossa	0,550	30	0,506	29	0,530	25	0,546	27	2
Cascavel	2,039	2	2,413	2	2,212	1	1,953	3	1
Paranaguá	1,200	15	0,321	32	0,362	29	0,332	31	7
Guarapuava	0,869	22	0,990	12	0,950	14	1,139	11	4
Toledo	0,892	21	0,831	15	0,806	17	0,717	20	2
Pinhais	1,024	19	0,780	17	0,052	38	0,780	17	9
Colombo	0,086	40	0,047	39	0,051	39	0,746	18	9
Campo Largo	2,278	1	2,490	1	2,120	3	2,803	1	1
Cambé	0,758	24	0,765	19	0,773	19	0,710	21	2
Campo Mourão	0,442	33	0,519	27	0,558	24	0,567	26	3
Arapongas	0,385	34	0,437	30	0,480	26	0,498	29	3
Telêmaco Borba	0,736	25	0,895	13	0,814	16	1,502	5	7
Pato Branco	1,224	12	0,613	24	0,355	30	0,513	28	7
Umuarama	1,202	13	1,332	8	1,262	10	1,215	10	2
Apucarana	0,304	35	0,276	33	0,235	32	0,184	35	1
Castro	0,135	37	0,213	34	0,200	33	0,228	33	2
Francisco Beltrão	0,518	31	0,558	26	0,479	27	1,065	12	7
Rolândia	0,581	29	0,736	20	0,837	15	0,782	16	6
Marechal Cândido Rondon	1,240	11	0,210	35	0,188	34	0,158	37	11
Fazenda Rio Grande	0,709	27	0,775	18	0,114	35	0,209	34	7
Paranavaí/	0,730	26	0,825	16	0,771	20	0,739	19	4
Ortigueira	1,381	8	0,024	40	0,035	40	0,058	40	14
Cianorte	1,424	7	1,438	7	1,231	11	0,687	23	7
Palotina	1,201	14	0,585	25	1,826	7	0,615	25	8
Ibiporã	1,859	3	1,867	4	1,680	8	1,750	4	2
Cafelândia	1,717	5	1,781	6	1,833	6	1,486	6	0
Medianeira	1,320	10	0,406	31	0,425	28	0,390	30	9
Irati	1,702	6	1,930	3	1,894	5	2,177	2	2
Marialva	1,059	18	1,857	5	1,958	4	0,162	36	13
Lapa	1,013	20	0,886	14	0,976	13	0,884	13	3
Sarandi	0,781	23	0,694	22	0,775	18	0,797	15	3
Dois Vizinhos	0,115	38	0,116	37	0,114	36	0,128	38	1
Cornélio Procópio	0,269	36	0,208	36	0,320	31	0,252	32	2
Campina Grande do Sul	1,323	9	1,304	10	1,425	9	1,395	7	1

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Com o índice de dívida total, pode-se verificar que, a maioria dos municípios apresentou saldos de passivos inferiores à média das receitas correntes dos últimos três anos. Porém, destes, observou-se que, aproximadamente 47% apresentaram resultado maior que 1, demonstrando valores de passivos superiores às receitas médias. Ademais, observou-se que no estudo de Cabreira e Garcia (2021) e no Anuário Português (2021), os resultados obtidos foram bem semelhantes neste índice.

Dentre os municípios apresentados, destacam-se com melhor pontuação em todos os períodos, São José dos Pinhais e Dois Vizinhos. O município de Colombo teve alta pontuação nos três primeiros anos, 40 e 39 pontos respectivamente, porém no último ano caiu para 18 pontos. Ademais, a cidade de Ortigueira estava com apenas 8 pontos no primeiro ano e subiu para 40 nos últimos três anos analisados, o que significa um menor endividamento comparado a média das receitas.

Além disso, destaca-se negativamente, obtendo a pontuação mais baixa em todos os períodos, o município de Campo Largo, obtendo resultados superiores a 2, significando que possui uma dívida total acima de 200% em relação à média das receitas nos períodos.

4.8 Índice de superávit

Neste indicador foi calculada a razão entre despesas pagas somada aos recursos disponíveis e os compromissos assumidos, no sentido de descobrir se há sobra ou falta de recursos. Os resultados iguais ou acima de 1 representam recursos suficientes, ou sobra, e os abaixo desse valor, falta de recursos.

Nesse contexto, na Tabela 9, no índice de superávit é perceptível que todos os municípios possuíam sobra de recursos para o cumprimento das obrigações, pois tiveram seus resultados iguais ou acima de 1, exceto Campo Mourão no ano de 2019, com 0,983 de resultado no indicador.

TABELA 9 – ÍNDICE DE SUPERÁVIT

Cidades	2019		2020		2021		2022		Desvio Padrão
	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	
Curitiba	1,226	33	1,234	31	1,265	27	1,299	35	3
São José dos Pinhais	1,181	27	1,202	25	1,283	29	1,198	26	1
Londrina	1,065	8	1,114	11	1,095	4	1,137	15	4
Maringá	1,156	23	1,207	26	1,187	16	1,197	25	4
Araucária	1,100	14	1,064	4	1,151	12	1,057	5	4
Foz do Iguaçu	1,038	5	1,039	2	1,042	3	1,036	1	1
Ponta Grossa	1,029	3	1,013	1	1,122	6	1,167	20	7
Cascavel	1,078	10	1,117	12	1,127	8	1,122	11	1
Paranaguá	1,200	30	1,222	29	1,234	25	1,183	23	3
Guarapuava	1,074	9	1,118	13	1,141	9	1,149	17	3
Toledo	1,173	26	1,234	30	1,286	30	1,198	27	2
Pinhais	1,165	24	1,208	27	1,217	21	1,178	22	2
Colombo	1,133	22	1,211	28	1,379	34	1,177	21	5
Campo Largo	1,119	20	1,098	7	1,208	18	1,122	12	5

Desempenho de Municípios do Paraná: Uma Análise de Gestão Baseada em Indicadores
Sandra Mara Valmorbid, Ana Elisa da Silva, Guilherme Santoro

Cambé	1,081	11	1,099	8	1,209	19	1,190	24	6
Campo Mourão	0,983	1	1,072	5	1,215	20	1,248	31	12
Arapongas	1,428	37	1,531	37	1,551	38	1,501	38	1
Telêmaco Borba	1,184	28	1,180	21	1,160	13	1,167	19	5
Pato Branco	1,107	16	1,181	22	1,217	22	1,084	8	6
Umuarama	1,222	32	1,239	33	1,327	33	1,247	30	1
Apucarana	1,092	13	1,170	18	1,144	10	1,056	4	5
Castro	1,038	4	1,235	32	1,256	26	1,134	13	11
Francisco Beltrão	1,198	29	1,155	17	1,123	7	1,085	9	9
Rolândia	1,726	39	1,783	40	1,821	40	1,668	40	0
Marechal Cândido Rondon	1,240	34	1,370	36	1,438	36	1,385	37	1
Fazenda Rio Grande	1,054	6	1,047	3	1,217	23	1,199	28	11
Paranavaí	1,104	15	1,181	23	1,202	17	1,134	14	3
Ortigueira	1,381	36	1,364	35	1,489	37	1,341	36	1
Cianorte	1,108	17	1,126	14	1,177	15	1,113	10	3
Palotina	1,201	31	1,187	24	1,290	31	1,282	34	4
Ibiporã	1,110	19	1,153	16	1,233	24	1,163	18	3
Cafelândia	1,166	25	1,175	19	1,268	28	1,267	32	5
Medianeira	1,320	35	1,547	38	1,558	39	1,524	39	2
Irati	1,702	38	1,633	39	1,034	2	1,040	2	18
Marialva	1,059	7	1,107	10	1,150	11	1,145	16	3
Lapa	1,013	2	1,127	15	1,106	5	1,040	3	5
Sarandi	1,133	21	1,177	20	1,299	32	1,234	29	5
Dois Vizinhos	1,089	12	1,090	6	1,174	14	1,066	7	3
Cornélio Procópio	1,110	18	1,103	9	1,032	1	1,060	6	6
Campina Grande do Sul	1,912	40	1,314	34	1,396	35	1,280	33	3

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Entre os períodos, os municípios mantiveram seu índice de superávit estável, então pouco se identificou a respeito de oscilações. Dito isso, devido aos valores dos resultados serem pequenos e próximos, pequenas oscilações resultaram trocas elevadas de posição e pontuação entre os mandatos, principalmente em 2019 e 2020.

Esse é o caso dos municípios de Fazenda Rio Grande (+20), de Campo Mourão (+15), e de Sarandi (+12), que subiram posições entre os anos de 2020 e 2021. Enquanto Irati teve a maior queda, descendo 37 posições, saindo de segundo melhor em 2019, para o segundo pior em 2020. Maringá, Francisco Beltrão e Lapa, também tiveram resultado pior na troca da gestão, ambos descendo 10 posições.

No ano de 2019, a diferença da mínima e da máxima foi de quase 1, entre Campo Mourão e Campina Grande do Sul, respectivamente. A partir disso, os menores resultados foram, em 2020 de Ponta Grossa, em 2021 de Cornélio Procópio, e 2022 de Foz do Iguaçu, enquanto o maior resultado para esses três anos foi de Rolândia, uma média de 1,749 nos quatro anos.

Observou-se neste índice que, somente Campo Mourão obteve resultado abaixo de 1, sendo 0,983 no ano de 2019, o único nesse indicador. Então, todos os demais municípios apresentaram resultados positivos neste índice, ou seja, tiveram sobra de recursos. O mesmo ocorre para o estudo de Cabreira e Garcia (2021), em que apenas de 2-3 municípios apresentaram índice inferior a 1 em cada período.

Enquanto que, no Anuário Português (2021) apenas 150 municípios apresentaram capacidade financeira de liquidar suas dívidas comprometidas, dos 308 abordados. Desse anuário, ainda foram descartados do ranking global os municípios com resultados abaixo de 0,8 (ou 80%),

pois de acordo com o estudo “seriam sempre municípios com problemas de sustentabilidade econômica” (FERNANDES, et al., 2022). A pesquisa conclui ainda que “não deverão ser incluídos num ranking que pretenderá identificar as mais eficientes e eficazes autarquias” (FERNANDES, et al., 2022), demonstrando a importância do indicador.

4.9 Impostos diretos por habitante

Como último indicador, os Impostos diretos por habitante visa obter a média de arrecadação por indivíduo. Nesse sentido, ao se manter ou subir a média, quanto maior a população, mais dinheiro nos cofres públicos. A Tabela 10, impostos diretos por habitante, dispõe sobre o resultado desta análise.

TABELA 10 – IMPOSTOS DIRETOS POR HABITANTE

Cidades	2019		2020		2021		2022		Desvio Padrão
	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	
Curitiba	1.828,69	40	1.837,92	39	2.234,76	39	2.696,42	39	0,43
São José dos Pinhais	1.179,59	30	1.066,20	22	1.171,32	20	1.423,11	24	4
Londrina	1.689,28	39	1.763,48	37	1.960,10	36	2.318,56	37	1
Maringá	1.540,46	36	1.584,06	36	2.159,78	38	2.470,37	38	1
Araucária	1.337,18	35	1.303,82	32	1.468,43	30	1.693,36	32	2
Foz do Iguaçu	1.543,36	37	1.332,65	33	1.681,75	35	1.887,81	35	1
Ponta Grossa	866,21	17	957,89	18	1.047,72	15	1.156,42	16	1
Cascavel	1.185,37	32	1.237,83	31	1.582,19	34	1.583,06	28	2
Paranaguá	1.650,95	38	1.836,93	38	1.984,48	37	3.045,40	40	1
Guarapuava	787,31	14	829,29	12	971,34	12	1.072,57	10	1
Toledo	1.286,91	34	1.378,06	34	1.539,55	32	1.661,53	31	1
Pinhais	1.182,13	31	1.224,48	30	1.512,89	31	1.871,23	34	2
Colombo	552,23	1	556,07	1	636,67	1	854,24	2	0
Campo Largo	693,91	7	754,71	8	981,53	14	1.108,52	11	3
Cambé	696,92	10	763,80	10	918,37	11	1.169,15	17	3
Campo Mourão	1.033,50	24	1.103,33	25	1.323,23	28	1.429,15	26	1
Arapongas	940,72	19	953,47	17	972,02	13	1.130,06	15	2
Telêmaco Borba	707,42	11	709,15	5	868,19	6	1.117,05	12	3
Pato Branco	1.048,57	25	1.135,18	27	1.297,72	25	1.463,99	27	1
Umuarama	1.005,56	23	1.098,43	24	1.278,31	23	1.426,83	25	1
Apucarana	643,82	4	699,68	3	779,65	4	893,29	3	1
Castro	581,53	2	648,29	2	741,31	2	899,10	4	1
Francisco Beltrão	909,50	18	984,18	20	1.185,10	21	1.264,64	22	1
Rolândia	858,98	15	949,66	16	1.131,94	18	1.225,97	20	2
Marechal Cândido Rondon	864,17	16	963,11	19	1.115,17	16	1.192,55	18	1
Fazenda Rio Grande	954,11	20	909,59	14	1.168,25	19	1.014,70	7	5
Paranavaí	975,89	22	940,34	15	1.127,03	17	1.250,48	21	3
Ortigueira	1.156,22	29	1.840,49	40	2.653,69	40	2.054,19	36	4
Cianorte	1.086,80	28	1.151,79	29	1.284,31	24	1.587,65	29	2
Palotina	1.192,11	33	1.398,70	35	1.560,99	33	1.714,56	33	1
Ibiporã	964,54	21	1.019,96	21	1.229,91	22	1.594,35	30	4
Cafelândia	696,57	9	778,50	11	892,79	9	1.204,36	19	4
Medianeira	1.052,08	26	1.148,29	28	1.329,19	29	1.346,06	23	2
Irati	696,10	8	761,23	9	840,04	5	952,06	5	2
Marialva	718,89	12	1.104,82	26	1.304,42	26	956,64	6	9
Lapa	616,52	3	700,35	4	753,50	3	1.030,38	9	2
Sarandi	655,85	6	716,07	6	879,43	7	751,32	1	2
Dois Vizinhos	647,64	5	719,23	7	890,17	8	1.015,74	8	1
Cornélio Procópio	736,53	13	847,88	13	893,00	10	1.125,86	13	1
Campina Grande do Sul	1.058,40	27	1.080,55	23	1.306,31	27	1.126,21	14	5

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Verifica-se na Tabela 10 que as maiores pontuações neste indicador, nos quatro anos analisados, ficam para os municípios com maior PIB, presentes na metade superior da tabela.

Portanto, tem-se que Curitiba, Londrina, Maringá e Paranaguá como as maiores pontuadoras, enquanto Colombo, Apucarana e Castro como as menores. De maneira geral, o resultado mínimo encontrado foi R\$552,23 em 2019, e o máximo de R\$3.045,40 em 2022. Notou-se também que os valores mínimos e máximos foram aumentando no decorrer dos anos.

De acordo com esse índice, tal variação representa que os municípios pagaram, individualmente, mais impostos à prefeitura. Isso também pode significar um esforço maior das gestões em arrecadar recursos ao longo dos anos, sendo uma possível consequência da inflação e aumento dos gastos públicos. Este indicador apresentou oscilações mínimas, de 1 a 2 pontos, no período de transição dos mandatos (2019-2020). A maior alta foi de 6 posições para o município de Campo Largo, e a maior baixa, foi de 5 posições, para Cianorte.

Em comparação com o estudo de Cabreira e Garcia (2021), os resultados obtidos nesse índice foram semelhantes. Em ambos a dimensão populacional possui influência sobre os resultados deste indicador, os municípios com maior número de habitantes no período analisado, obtiveram maior arrecadação de impostos diretos por habitante. Já no Anuário Português (2021), a dimensão populacional não teve tanta influência, os municípios pequenos e médios também ocuparam posições superiores.

4.10 Ranking Geral

A partir dos resultados da pesquisa, elaborou-se o ranking global, que contém os níveis de desempenho obtidos no período de 2019 a 2022 entre os municípios do Paraná que apresentaram o melhor PIB em 2020. Considerando os índices apresentados, a Tabela 11 apresenta a classificação considerando a somatória de pontos de todo o período.

TABELA 11 – RANKING GERAL

Cidades	2019		2020		2021		2022		Pontuação Total	Desvio Padrão
	Pontuação	Posição	Pontuação	Posição	Pontuação	Posição	Pontuação	Posição		
Ortigueira	278	1º	294	1º	323	1º	254	2º	1149	117
Pinhais	232	6º	251	5º	266	3º	248	3º	997	100
Medianeira	186	18º	265	2º	244	4º	264	1º	959	100
Arapongas	259	2º	262	3º	196	17º	236	8º	953	98
Rolândia	255	3º	210	10º	232	6º	233	10º	930	94
São José dos Pinhais	229	7º	205	14º	241	5º	235	9º	910	92
Marechal Cândido Rondon	179	22º	242	6º	231	8º	245	5º	897	93
Paranaguá	187	17º	221	7º	205	13º	246	4º	859	88
Campina Grande do Sul	239	4º	215	8º	220	10º	175	23º	849	87
Campo Mourão	169	26º	208	12º	231	7º	238	6º	846	88
Fazenda Rio Grande	214	9º	160	28º	268	2º	180	22º	822	90
Telêmaco Borba	228	8º	202	16º	185	19º	203	14º	818	83
Palotina	235	5º	211	9º	157	30º	213	12º	816	86
Castro	189	16º	259	4º	196	16º	163	26º	807	87
Toledo	197	12º	199	18º	196	15º	201	15º	793	79
Ponta Grossa	177	24º	167	26º	187	18º	228	11º	759	79
Sarandi	194	15º	208	13º	210	11º	144	32º	756	79
Colombo	162	29º	196	19º	227	9º	167	25º	752	79
Guarapuava	210	10º	190	20º	158	29º	189	18º	747	77

Pato Branco	185	19º	209	11º	198	14º	143	33º	735	77
Cornélio Procópio	210	11º	203	15º	121	37º	192	17º	726	79
Marialva	161	30º	149	32º	175	22º	236	7º	721	78
Maringá	183	21º	184	21º	159	28º	193	16º	719	73
Dois Vizinhos	195	13º	156	30º	207	12º	158	27º	716	74
Cafelândia	163	27º	149	31º	176	21º	209	13º	697	72
Paranavaí	183	20º	175	22º	185	20º	154	30º	697	71
Curitiba	195	14º	172	23º	153	32º	168	24º	688	70
Cascavel	152	32º	171	24º	170	23º	180	21º	673	68
Apucarana	178	23º	199	17º	157	31º	137	34º	671	70
Cianorte	138	36º	158	29º	165	24º	188	20º	649	67
Umuarama	157	31º	141	33º	163	26º	155	28º	616	62
Araucária	163	28º	119	37º	162	27º	154	29º	598	62
Cambé	129	38º	119	36º	151	33º	188	19º	587	63
Ibiporã	135	37º	131	34º	164	25º	145	31º	575	59
Francisco Beltrão	177	25º	127	35º	122	35º	128	36º	554	59
Lapa	139	34º	169	25º	100	40º	125	37º	533	58
Irati	146	33º	163	27º	101	39º	100	40º	510	57
Campo Largo	138	35º	94	40º	137	34º	110	39º	479	51
Londrina	113	40º	110	39º	122	36º	134	35º	479	49
Foz do Iguaçu	121	39º	117	38º	119	38º	121	38º	478	48

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Salienta-se que, a ocorrência de empates em cada período, e considerando o indicador estabelecido para desempate, a saber, a taxa de cobertura financeira de despesa realizada no exercício, evidenciados na Tabela 8, foram realizados os desempates. Como exemplo tem-se em 2019 os municípios de Curitiba e Dois Vizinhos (posicionado acima no ranking) na 13ª colocação; Maringá e Paranavaí (vencedor do desempate) em 20ª; Araucária e Cafelândia (vencedor do desempate) em 27ª; Ponta Grossa (vencedor do desempate) e Francisco Beltrão em 24ª; Guarapuava (vencedor do desempate) e Cornélio Procópio em 10ª e Campo Largo (vencedor do desempate) e Cianorte em 35ª. Sendo assim, os municípios que conseguiram as melhores pontuações foram Pinhais nos anos de 2021 e 2022, Arapongas em 2019 e 2020, Rolândia em 2019 e Fazenda Rio Grande em 2021. Ao analisar a classificação obtida neste estudo, e compará-la com a classificação do PIB individual, é perceptível que os municípios com maior PIB não necessariamente conseguiram as melhores posições, ainda assim, ficaram bem-posicionadas.

Ademais, destacam-se positivamente os municípios de Ortigueira, assumindo o 1º lugar nos três primeiros anos e no último ficando em 2º lugar, e o município de Medianeira que ocupou o 2º lugar em 2020, o 4º em 2021 e finalizando o ano de 2022 em 1ª colocação. Contudo, o pior colocado no ranking, foi o município de Foz do Iguaçu, assumindo a 38ª e 39ª colocação em todos os períodos. Enquanto isso, Londrina em 2019 e 2020, Irati em 2022 e Lapa em 2021, assumiram a 40ª colocação.

5 Considerações Finais

A pesquisa apresentada analisou o desempenho econômico e financeiro dos quarenta municípios paranaenses com o maior PIB no ano de 2020, os classificando conforme os resultados encontrados a partir de indicadores adaptados do Anuário Financeiro Português de 2021.

Evidenciou-se então, a qualidade das gestões municipais nos anos de 2019 até 2022, comparando os índices anualmente e do final de um mandato com o início do mandato subsequente.

Atendendo aos objetivos propostos, foram verificados os balanços da amostra e calculados os indicadores para cada ano abrangido e designada a pontuação conforme o desempenho. A partir desses índices, criou-se então o Ranking Geral dos municípios, que serviu como ferramenta de análise das gestões públicas.

Foram analisados individualmente os resultados e pontuações de cada índice proposto, também foi realizada análise do geral, comparando os mandatos de acordo com o resultado obtido, bem como foram apontados os municípios que obtiveram as maiores variações de resultado. Nesse sentido, os melhores colocados no ranking são os municípios de Ortigueira, com 1.149 pontos, Pinhais, com 997 pontos, e Medianeira, com 959 pontos. Enquanto os piores colocados foram Foz do Iguaçu, com 478 pontos, Londrina, com 479 pontos, e Campo Largo, também com 479 pontos.

Ao evidenciar o desempenho da gestão em seus últimos anos, e compará-los aos dois primeiros da gestão seguinte, observaram-se oscilações positivas ou negativas em alguns índices, porém não com valores muito elevados. Observou-se, como exemplo, o município de Ortigueira que permaneceu entre a 1ª e a 2ª colocação, já o município de Lapa oscilou entre a 34ª posição, 25ª, 40ª e 37ª posição, ou seja, mesmo que tenha ocorrido oscilações, não foram discrepantes. Além disso, conforme demonstrado individualmente em cada índice, os resultados evidenciaram que somente alguns municípios obtiveram grandes alterações entre os mandatos. Dessa maneira, conclui-se que, no contexto geral em ambos os mandatos seus governantes mantiveram um bom desempenho econômico-financeiro.

Com base no Tabela 11 - Ranking Geral, os municípios que mais variaram colocações nos anos de 2020 e 2021, transição dos mandatos, foram: Arapongas variando da 3ª para a 17ª posição; São José dos Pinhais da 14ª para a 5ª posição; Fazenda Rio Grande da 28ª para a 2ª posição; Palotina da 9ª para a 30ª posição; Lapa da 25ª para 40ª posição; Cornélio Procópio da 15ª para a 37ª posição; Dois Vizinhos da 30ª para a 12ª posição e Apucarana da 17ª para a 31ª posição.

O índice que apresentou maior alteração de valores foi o de Grau de Execução do Saldo Efetivo. Neste indicador, os municípios de Arapongas, Lapa e Castro tiveram uma queda considerável de desempenho, enquanto Fazenda Rio Grande, Dois Vizinhos e Araucária, obtiveram aumento significativo na transição dos mandatos.

A partir das análises, concluiu-se que, os municípios possuem a tendência de permanecerem na mesma situação econômico-financeira ao longo dos anos, com poucas oscilações. O que indica cumprimento da gestão fiscal. Outra característica encontrada, é que os municípios de maior PIB

não necessariamente estão entre os melhores colocados, apesar de ainda conquistarem boas posições no levantamento.

Sendo assim, a presente pesquisa traz notoriedade ao uso de indicadores “como ferramenta de gestão, além da aplicabilidade da análise das demonstrações contábeis no setor público” (COSTA, 2018). Lopes (2021) apresenta ainda que, há efetividade em analisar as demonstrações contábeis, tendo-as como base para o processo decisório público. Em relação aos resultados, foi encontrada uma divergência entre este estudo e os estudos anteriores. Observou-se que, na pesquisa de Cabreira e Garcia (2021) os municípios que melhor pontuaram foram de categoria pequena, enquanto nesta pesquisa e no Anuário Português (2021), essa categoria obteve os menores índices.

Em comparação com o estudo proposto pelas autoras Cabreira e Garcia (2021), percebe-se que, é relevante ter uma amostra mais específica e coesa. Embora os resultados apresentados pelas autoras sejam compatíveis com seus objetivos, houve discrepância de resultados, por abordarem várias categorias que parecem ter sido influenciada pelo tamanho das cidades. Baseado nisso, a amostra deste estudo buscou mitigar tal situação, ao abranger municípios de mesmo Estado e com melhor colocação em relação ao PIB próprio. A partir disso, foi possível obter resultados sobre cidades com características econômicas e financeiras similares.

Existem outras maneiras de classificar os municípios, estados etc., como, por exemplo, o levantamento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No último levantamento (2010), Curitiba, município com maior PIB em 2020, ficou em 1º lugar do Paraná, com 0,823. Enquanto Ortigueira, a melhor colocada no Ranking Geral do presente estudo, ficou em 391º do Paraná, no mesmo levantamento. Nesse sentido, deve-se ressaltar que o desempenho nos indicadores utilizados no presente estudo, não necessariamente representam a realidade dos municípios. Possuir maior superávit, ou então déficit, não é o foco principal, uma vez que, a entidade pública possui o objetivo de atender as necessidades da população e não lucro, manter um equilíbrio econômico-financeiro, sem sobras ou faltas, é crucial.

Os resultados obtidos nesse trabalho, apontaram que o desempenho econômico-financeiro ao longo do mandato dos maiores municípios do Paraná, oscilam positivamente ou negativamente, ou seja, a mudança do mandato representa alterações nos índices financeiros e econômicos dos municípios, porém, pelo fato de a amostra apresentar um padrão, o PIB, os valores obtidos foram semelhantes e as oscilações não apresentaram alta variação.

Por fim, sugere-se outros estudos com abordagens comparativas, como exemplo analisar os menores municípios, com intuito de verificar se há discrepâncias maiores. Além disso, o tema

poderá ser analisado sobre outras abordagens que não estão presentes nessa pesquisa, a fim de ampliar os debates concernentes a gesto pública, contribuindo para políticas mais coerentes com as particularidades de cada município.

Referências

- ARRUDA, D. G.; ARAÚJO, I. P. S. **Contabilidade pública: da teoria à prática**. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. *E-book*. ISBN 9788571440913. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571440913/>. Acesso em: 02 abr. 2023.
- BEZERRA FILHO, J. E. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Abordagem Objetiva e Didática**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. *E-book*. ISBN 9788597028218. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597028218/>. Acesso em: 04 mai. 2023.
- BRASIL. Lei. 4.320, de 17 de Março de 1964. Estatui Normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 14 de abr. 2024.
- BRASIL. Tesouro Nacional. **Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI**. [Brasília]: [Ministério da Economia], 2023. Disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracao/declaracao_list.jsf. Acesso em: 01 mar. 2023.
- CABREIRA, J. B. O., GARCIA, L. R. **Ranking dos Municípios do Sudoeste do Paraná na Perspectiva dos Índices Econômicos e Financeiros**. 2021. Trabalho de conclusão de curso de graduação (Bacharel em Ciências Contábeis), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2021.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas Brasileiras de contabilidade: contabilidade aplicada ao setor público: NBCs T 16.1 a 16.11**. Brasília: CFC, 2012.
- COSTA, C. S. **Análise Das Demonstrações Contábeis No Setor Público – Avaliação de indicadores financeiros e de solvência**. 2018. Trabalho de conclusão de curso de Especialização em Contabilidade Pública, Universidade do Sul de Santa Catarina, 2018.
- DINIZ, J. A.; MACEDO, M. A. S.; CORRAR, L. J.. (2012). **Mensuração da eficiência financeira municipal no Brasil e sua relação com os gastos nas funções de governo**. *Gestão e Regionalidade*, v. 28, n. 83.
- FERNANDES, M. J. S., CAMÕES, P. J. S., JORGE, S.. **Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2021**. Ordem dos Contabilistas Certificados, nov. 2022.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Índice de Desenvolvimento Humano de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO. (2023). **PIB dos municípios**. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/>. Acesso em: 20 de jul. 2023
- KOHAMA, H.. **Contabilidade Pública - Teoria e Prática, 15ª edição**. São Paulo: Grupo GEN, 2016. *E-book*. ISBN 9788597006391. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597006391/>. Acesso em: 07 mai. 2023
- LIMA, S. C. de; DINIZ, J. A. **Contabilidade Pública - Análise Financeira Governamental**. Grupo GEN, 2016. *E-book*. ISBN 9788597008395. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008395/>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- LOPES, I. P.. **Análise Das Demonstrações Contábeis No Processo De Tomada De Decisão No Setor Público: um estudo de contadores e gestores das Prefeituras Municipais da Mesorregião Oriental do Estado do Tocantins**. 2021. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis), Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2021.
- MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**, 3ª edição. Grupo GEN, 2016. *E-book*. ISBN 9788597009088. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597009088/>. Acesso em: 11 jun. 2023.
- MELO, L. F. S; AYRES, C. A. M. C. B. (2015). O processo de implantação das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público: **desafios e perspectivas para a governança pública municipal em interface com o mercado e a sociedade**. *Revista FSA*, n.11, v13, p.71-95. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/314816826_o_processo_de_implementacao_das_normas_brasileiras_de_contabilidade_aplicadas_ao_setor_publico_desafios_e_perspectivas_para_a_governanca_publica_municipal_em_interface_com_o_mercado_e_a_sociedade. Acesso em: 12 de jun. 2023.
- MELLO DE ANDRADE, A. **A Influência da Lei de Responsabilidade Fiscal na Contabilidade Pública dos Municípios Brasileiros**. RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar - ISSN 2675-6218, [S. l.], v. 2, n. 5, p. e25349, 2021. DOI: 10.47820/recima21.v2i5.349. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/349>. Acesso em: 15 abr. 2023.

